



**ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESPECÍFICO I: INTERVENÇÃO NO
COTIDIANO.
PSICOLOGIA CLÍNICA E CICLOS DE VIOLÊNCIA FAMILIAR:
INTERVENÇÕES NA TRANSGERACIONALIDADE**

Vinicius Lesbao Dumont
Discente do curso de psicologia do Centro Universitário -
UNIVAG
viniciuslsbdt@gmail.com

Alex Zopeletto da Silva
Psicólogo (UFMT). Pós-graduado em saúde do adulto e do idoso em nível de residência (UFMT/HUJM). Mestre em saúde coletiva (UFMT). Docente e supervisor de estágio do curso de psicologia do Centro Universitário UNIVAG.
alex.zopeletto@univag.edu.br

A violência intrafamiliar, enquanto fenômeno que atravessa gerações, configura-se como um problema social e de saúde pública de grande magnitude no Brasil. Estudos evidenciam que a repetição de padrões violentos está intrinsecamente ligada a dinâmicas familiares disfuncionais, desigualdades estruturais e à naturalização cultural da agressão como método educativo ou de controle. Nesse contexto, a atuação de psicólogos emerge como um eixo fundamental tanto na prevenção quanto no rompimento desses ciclos, atuando em níveis individual, familiar e comunitário. Este texto explora os mecanismos da transgeracionalidade da violência, com ênfase no papel desses profissionais, a partir das perspectivas teóricas e empíricas de pesquisas desenvolvidas no Brasil e da atuação no estágio supervisionado específico na clínica-escola do Centro Universitário UNIVAG, campus Cuiabá. A transgeracionalidade da violência refere-se ao processo pelo qual indivíduos que vivenciaram abusos na infância reproduzem, na vida adulta, comportamentos violentos em suas relações afetivas ou parentais. Esse ciclo é sustentado por aprendizagens sociais internalizadas durante a socialização primária. Crianças expostas à violência doméstica, por exemplo, tendem a associar agressão a mecanismos de resolução de conflitos, normalizando-a como parte das interações humanas. Essa normalização é reforçada em contextos em que a punição física é culturalmente aceita e onde faltam modelos alternativos de comunicação não violenta. Psicólogos, ao atuarem em escolas ou serviços de saúde, têm um papel crucial em identificar esses padrões precocemente, intervindo por meio de orientação familiar e promoção de práticas



educativas baseadas no diálogo. A violência é revivida em múltiplas dimensões. Mulheres que sofreram abusos na infância frequentemente tornam-se vítimas de violência conjugal na vida adulta, um fenômeno agravado por fatores como dependência econômica e falta de acesso a redes de apoio. Nesses casos, psicólogos atuam não apenas no acolhimento terapêutico, mas também no empoderamento dessas mulheres, ajudando-as a reconhecer ciclos abusivos e a buscar autonomia. Programas de intervenção em grupos, por exemplo, podem oferecer espaços seguros para compartilhamento de experiências e construção de estratégias coletivas de enfrentamento, algo que os autores destacam como essencial para romper com a invisibilidade da violência. A atuação dos psicólogos também se dá na esfera da prevenção. A falta de acesso a serviços de saúde mental em comunidades periféricas é um dos entraves para interromper ciclos de violência. Profissionais da psicologia, integrados a equipes multidisciplinares em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS), podem desenvolver ações educativas que desnaturalizam a violência intrafamiliar. Campanhas sobre parentalidade positiva, por exemplo, ensinam cuidadores a substituir castigos físicos por métodos que respeitem a integridade emocional da criança, alinhando-se a legislações como a Lei Menino Bernardo (2014). Além disso, a capacitação de professores e agentes comunitários para identificar sinais de abuso é uma frente de trabalho essencial, já que escolas são espaços-chave para detecção precoce de casos. Um aspecto crítico é a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Mulheres negras e pobres, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais para acessar serviços psicológicos, seja por racismo institucional, seja pela escassez de políticas públicas direcionadas. Psicólogos comprometidos com uma prática antirracista e socialmente engajada precisam, portanto, adaptar suas abordagens às realidades específicas dessas populações. Isso inclui desde a oferta de terapia em linguagem acessível até a articulação com movimentos sociais que combatem a violência estrutural. Em comunidades onde a desconfiança em instituições é alta, profissionais podem atuar em parceria com lideranças locais para construir vínculos de confiança e garantir que intervenções sejam culturalmente sensíveis. Na clínica psicológica individual, o trabalho com vítimas e agressores demanda enfoques diferenciados. Para crianças e adolescentes que sofreram violência, técnicas como a terapia cognitivo-comportamental ou abordagens lúdicas podem auxiliar no processamento de traumas e na reconstrução da autoestima. Já no caso de adultos que reproduzem violência, intervenções focadas na responsabilização e na ressignificação de experiências passadas são necessárias; porém, a culpabilização individual é insuficiente



se não acompanhada de mudanças estruturais. Psicólogos devem, portanto, equilibrar atendimento clínico com a busca por políticas públicas que combatam desigualdades socioeconômicas, raízes que alimentam ciclos de violência. Desafios persistem, contudo, na atuação desses profissionais. A alta demanda por serviços psicológicos no SUS, combinada à precariedade de recursos, muitas vezes limita a continuidade dos atendimentos. Além disso, a formação acadêmica nem sempre prepara psicólogos para lidar com a complexidade da violência transgeracional, exigindo capacitação constante em temas como direitos da criança, gênero e intersetorialidade. Também há a necessidade de mais pesquisas que avaliem a eficácia de intervenções psicológicas em longo prazo, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Em síntese, a transgeracionalidade da violência é um fenômeno multifacetado que exige respostas igualmente complexas. Psicólogos, ao atuarem em diversas frentes, da clínica à formulação de políticas, têm o potencial de intervir em pontos críticos desse ciclo. Seja através do acolhimento terapêutico, da educação comunitária ou da denúncia de violações, sua atuação contribui para transformar dinâmicas que há décadas perpetuam o sofrimento. A partir da atuação no estágio na clínica-escola, foi possível perceber como esse tema emergiu nos atendimentos e como a busca pelo conhecimento teórico foi importante para evidenciar a complexidade desse fenômeno, que permeia muitos lares brasileiros, e para fundamentar estratégias de intervenção capazes de combater tal adversidade. Além disso, destacou-se o papel fundamental do psicólogo em ocupar espaços de promoção da saúde mental familiar, atuando não apenas no âmbito clínico individual, mas também em ações coletivas, na formulação de políticas públicas intersetoriais, colaborando com equipes interdisciplinares para criar redes de apoio às vítimas e abordar as raízes estruturais da violência. Paralelamente, a produção de conhecimento científico sobre o tema, por meio de pesquisas, divulgação de dados e debates sociais, configura-se como uma ferramenta transformadora, pois amplia o entendimento da sociedade e fortalece práticas baseadas em evidências. Dessa forma, ao integrar práticas clínicas, engajamento comunitário e pesquisa, os ciclos de violência podem ser rompidos, promovendo ambientes familiares mais saudáveis e contribuindo para uma cultura de respeito e prevenção. O psicólogo, portanto, assume um lugar estratégico na construção de mudanças sociais, reforçando a necessidade de sua presença em múltiplos cenários, desde o atendimento direto até a esfera política e acadêmica.

Palavras-chave: Ciclos; Violência; Psicólogos; Saúde Pública; Intervenção.